

SUMÁRIO EXECUTIVO

Índice de Prosperidade das Cidades

102 municípios de
Alagoas



Este Sumário Executivo apresenta uma síntese do **Índice de Prosperidade das Cidades** para os 102 municípios de Alagoas – produto integrante do Visão Alagoas 2030, projeto de cooperação técnica entre o ONU-Habitat e o Governo de Alagoas.

Índice de Prosperidade das Cidades

Conceituado a partir de uma perspectiva integrada sobre o bem-estar e a sustentabilidade, o Índice de Prosperidade das Cidades (IPC) possui uma métrica simples e intuitiva, embasado em uma metodologia tecnicamente robusta, capaz de comparar e medir o progresso atual e futuro das cidades no que diz respeito a prosperidade. O IPC é composto por seis dimensões que abarcam o conceito de prosperidade urbana:

- **Produtividade**
- **Infraestrutura para o Desenvolvimento**
- **Qualidade de Vida**
- **Equidade e Inclusão Social**
- **Sustentabilidade Ambiental**
- **Governança e Legislação**

Metodologia

A metodologia do IPC é desenhada para avaliar o grau de solidez ou debilidade de cada uma de suas dimensões, de forma que os valores resultantes são classificados em uma escala qualitativa que o desempenho varia entre muito sólido e muito fraco. Com isto, é possível identificar objetivamente quais aspectos devem ser prioritários nas intervenções a fim de consolidar, fortalecer e priorizar políticas públicas (Tabela 1).

Pontuação	Categorias de desempenho	Estratégias de intervenção
80-100	Muito sólida	Consolidar políticas urbanas (C)
70-79	Sólida	
60-69	Moderadamente sólida	Fortalecer políticas urbanas (F)
50-59	Moderadamente fraca	
40-49	Fraca	Priorizar políticas urbanas (P)
0-39	Muito fraca	

Tabela 1 - Pontuação, categorias de desempenho e estratégias de intervenção do IPC

Outro diferencial da metodologia está na utilização de indicadores tabulares e espaciais. Os tabulares constituem a maior parte dos indicadores necessários para o IPC, podendo ser obtidos em bases de dados públicas ou abertas, ou indicadores secundários. Os espaciais são obtidos de bases de dados geográficos, sejam elas governamentais, privadas ou colaborativas, como o acervo de dados geoespaciais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Portal Alagoas em Dados e Informações, e OpenStreetMap (Quadro 1).

Dimensões	Subdimensões	Indicadores
Produtividade	Poder Econômico	Produto Municipal per capita
	Carga Econômica	Taxa de Dependência da Terceira Idade
	Aglomerado Econômico	Densidade Econômica
	Emprego	Taxa de Desocupação
Infraestrutura para o Desenvolvimento	Habitação	Habitação Durável
		Acesso à Água Tratada
	Infraestrutura Social	Densidade Médica
	Tecnologias da Informação e Comunicação	Velocidade Média da Banda Larga de Internet
	Mobilidade Urbana	Tempo Médio de viagem
		Mortalidade por Acidentes de Trânsito
	Forma Urbana	Densidade Viária
		Superfície Destinada à Rede Viária
Densidade de Interseções viárias		
Qualidade de Vida	Saúde	Esperança de vida ao nascer
		Taxa de Mortalidade de Menores de 5 anos
	Educação	Taxa de Alfabetização
		Escolaridade Média
	Segurança Pública	Taxa de homicídio
Espaços Públicos	Acesso a Espaços Públicos Abertos	

Quadro 1 - Estrutura das Dimensões, Subdimensões e Indicadores do IPC

(CONTINUA)

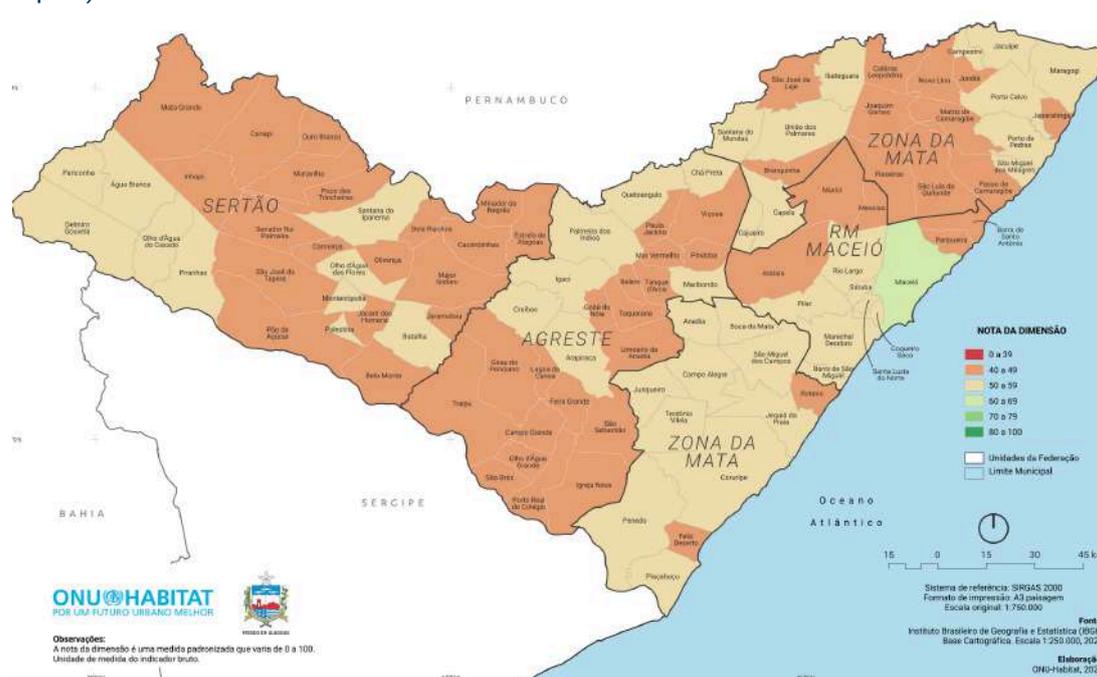
Dimensões	Subdimensões	Indicadores
Equidade e Inclusão Social	Equidade Econômica	Índice de Gini
		Taxa de Extrema Pobreza
	Inclusão Social	População em Domicílios Precários
		Taxa de Desocupação entre Jovens
	Inclusão de Gênero	Igualdade de Gênero na Educação Secundária
Sustentabilidade Ambiental	Qualidade do Ar	Emissões de CO ² per capita
	Gestão de Resíduos	Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos
		Tratamento de Esgoto
Energia Sustentável	Proporção de Energia Sustentável	
Governança e Legislação	Participação	Participação Eleitoral
		Acesso à Informação Pública
	Financiamento Municipal e Capacidades Institucionais	Geração de Receita Própria
		Eficiência das Despesas Locais
Governança da Urbanização	Expansão Urbana	

Quadro 1 - Estrutura das Dimensões, Subdimensões e Indicadores do IPC

Resultado geral

Como classificação geral de desempenho, o IPC apontou que, dentre os 102 municípios de Alagoas, 56 apresentaram desempenho fraco, 45 estão na classificação de moderadamente fraco e apenas a capital Maceió está na classificação de moderadamente sólida. De modo geral, os municípios de menor desempenho se encontram no interior do estado. O desempenho médio dos municípios foi de 49,4, portanto, um desempenho fraco (Mapa 2).

Considerando o desempenho das seis dimensões do IPC, o desempenho médio dos municípios variou entre moderadamente sólido nas dimensões “Governança e Legislação” e “Qualidade de Vida”, desempenho intermediário em “Produtividade” e “Infraestrutura para o Desenvolvimento”, e desempenhos fraco e muito fraco nas dimensões de “Sustentabilidade Ambiental” e “Equidade e Inclusão Social”.



Mapa 2 - Índice de Prosperidade das Cidades de Alagoas

Governança e Legislação e Qualidade de Vida

Uma governança fortalecida possibilita suporte político e operacional para que as cidades identifiquem as reformas necessárias e adotem leis e marcos legais para regular aspectos urbanos e sociais, tema diretamente relacionado à qualidade de vida da população, permitindo assim o fortalecimento de políticas públicas essenciais, como saúde, educação, segurança pública e desenvolvimento urbano.

Sustentabilidade Ambiental e Equidade e Inclusão Social

Essas dimensões apresentam desafios que devem ser encarados a partir de uma perspectiva holística, visto que será necessária uma visão que integre políticas inovadoras de sustentabilidade aliadas ao combate da pobreza e das múltiplas desigualdades, principalmente as que estão relacionadas aos assentamentos precários e outras formas de pobreza e marginalização da sociedade.

Produtividade e Infraestrutura para o Desenvolvimento

O desenvolvimento econômico sustentável é um processo complexo, e alcançá-lo exige investimentos em diversos setores, como educação, inovação, tecnologia e diversificação econômica. Somado a isto, uma infraestrutura adequada é fundamental para o bem-estar da população e para o crescimento econômico.

Dimensões	Média de Alagoas	Subdimensões	Alagoas	RMM	Zona da Mata	Agreste	Sertão
Produtividade <i>Fortalecer</i>	52,65 Moderadamente fraco	Poder econômico	32,8 P	39,8 P	34,0 P	31,4 P	29,5 P
		Carga econômica	47,9 P	54,2 F	52,3 F	42,5 P	44,7 P
		Aglomeramento econômico	83,5 C	83,4 C	85,0 C	83,8 C	81,5 C
		Emprego	46,4 P	29,7 P	36,0 P	56,5 F	57,1 F
Infraestrutura para o Desenvolvimento <i>Fortalecer</i>	51,29 Moderadamente fraco	Habitação	46,5 P	80,6 C	53,3 F	43,0 P	26,5 P
		Infraestrutura social	25,6 P	33,6 P	26,0 P	23,7 P	23,3 P
		Tecnologias da Informação e Comunicação	35,4 P	44,7 P	39,0 P	26,3 P	35,3 P
		Mobilidade urbana	79,5 C	77,1 C	83,0 C	75,0 C	80,7 C
		Forma urbana	69,3 F	76,4 C	75,6 C	65,1 F	62,7 F
Qualidade de Vida <i>Fortalecer</i>	61,38 Moderadamente sólido	Saúde	57,8 F	60,2 F	57,0 F	60,4 F	55,4 F
		Educação	79,1 C	84,0 C	78,9 C	78,4 C	77,7 C
		Segurança pública	56,6 F	52,0 F	54,3 F	54,3 F	63,7 F
		Espaços públicos	52,0 F	56,5 F	50,3 F	43,7 P	59,3 F
Equidade e Inclusão Social <i>Priorizar</i>	42,53 Fraco	Equidade econômica	27,1 P	34,0 P	32,9 P	22,8 P	21,3 P
		Inclusão social	27,7 P	20,1 P	23,1 P	31,6 P	32,8 P
		Inclusão de gênero	72,8 C	78,1 C	75,6 C	68,8 F	70,8 C
Sustentabilidade Ambiental <i>Priorizar</i>	33,06 Muito fraco	Qualidade do ar	51,2 F	57,0 F	51,9 F	47,8 P	50,9 F
		Gestão de resíduos	41,0 P	35,6 P	45,0 P	36,9 P	42,3 P
		Energia sustentável	7,0 P	7,0 P	7,0 P	7,0 P	7,0 P
Governança e Legislação <i>Fortalecer</i>	66,53 Moderadamente sólido	Participação	71,4 C	74,7 C	67,3 F	74,5 C	72,1 C
		Financiamento municipal e capacidades institucionais	28,2 P	38,3 P	23,5 P	23,5 P	33,2 P
		Governança da urbanização	100,0 C	100,0 C	100,0 C	100,0 C	100,0 C

Tabela 2 - Resultados das dimensões e subdimensões do IPC por estratégia de intervenção

Principais descobertas

De forma geral, é necessário um esforço de interiorização da política de desenvolvimento urbano por parte do estado, visto que, em termos territoriais, existe uma notável desigualdade entre os resultados das dimensões, quando analisadas regionalmente e por recortes populacionais.

Fortalecimento e diversificação das economias municipais

Nas quatro regiões analisadas pelo IPC, há uma majoritária participação da economia de setor público alinhado com um desempenho baixo dos setores de serviços e indústria.

Para promover maior diversidade e prosperidade econômica em Alagoas, é recomendado: (i) promover zonas econômicas de incentivo orientadas às potencialidades locais; (ii) priorizar investimentos em infraestrutura de transporte e logística para estimular a conexão de pessoas e mercadorias entre as cidades; e (iii) proporcionar formação técnica e qualificação de mão de obra local para melhora da empregabilidade e capacidade de atendimento das demandas de mercado.

Sustentabilidade socioambiental como pilar de desenvolvimento

A sustentabilidade ambiental é um pilar essencial para diversas políticas públicas, em especial, o acesso universal aos serviços de saneamento, a qualidade do ar e a geração de energia limpa sustentável. Apesar do estado ter alcançado marcos políticos relevantes, como a extinção dos lixões em 2018, o desempenho médio muito fraco nessa dimensão indica a necessidade de sua priorização nas quatro regiões analisadas pelo IPC, com foco na coleta domiciliar de lixo, tratamento de esgoto e o contínuo monitoramento da qualidade do ar.

Inclusão social e econômica da juventude

Centros urbanos mais populosos, como Maceió, Arapiraca e Rio Largo, possuem menores indicadores de extrema pobreza, entretanto, apresentam significativas desigualdades sociais, com alta concentração de renda em uma pequena faixa da população, além de possuírem Taxas de Desocupação de Jovens majoritariamente muito fracas.

Esses resultados demandam a priorização de iniciativas de equidade e inclusão social para as juventudes por meio de políticas públicas de geração de renda, qualificação profissional e empoderamento de suas identidades socioculturais.

Dessa forma, a educação e a formação profissional para jovens entre 15 e 29 anos é uma das principais diretrizes para o desenvolvimento urbano próspero, inclusivo e sustentável.

Planejamento territorial inclusivo

Composto por componentes das dimensões de Produtividade, Infraestrutura para o Desenvolvimento e Qualidade de Vida, um planejamento territorial inclusivo para o estado de Alagoas envolve a priorização de pessoas idosas, mulheres, bebês e crianças nas políticas públicas.

Nesse sentido, os resultados do IPC demonstram que o fortalecimento de políticas para a primeira infância, assistência social, nutrição e geração de renda deve contemplar diretrizes transversais que atendam as necessidades das crianças até as pessoas cuidadoras. Da mesma forma, também devem ser priorizadas políticas para a população idosa que garantam um envelhecimento ativo e integrado aos demais serviços públicos.

Melhoria das condições de infraestrutura social

Com um desempenho moderadamente fraco na dimensão de Infraestrutura para o Desenvolvimento, o IPC identifica a necessidade de atenção às habitações não duráveis presentes principalmente nas regiões Agreste e Sertão e ao baixo desempenho em serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, que implica em dificuldade de acesso a serviços e políticas básicas de educação, saúde e trabalho. O indicador Mortalidade por Acidente de Trânsito aponta que esse aspecto deve ser enfrentado com políticas de acalmamento do tráfego, melhoria do transporte coletivo e uso de modais.

Nesse sentido, faz-se necessário a integração das políticas entre os poderes públicos municipais, estaduais e federais, para que a infraestrutura dos municípios consiga prover condições de vida adequada à população alagoana.

Fortalecer a segurança pública como política transversal

Apesar do desempenho médio moderadamente fraco, os municípios alagoanos, em especial da RMM, alcançaram significativos resultados em termos de segurança pública na última década, por exemplo, Maceió, esteve entre as cidades mais violentas do país em 2015, entretanto, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), nenhum município alagoano se encontra entre os 50 mais violentos.

Recomendações gerais segundo as dimensões do IPC

Produtividade	Fortalecer os polos regionais, a diversificação e a modernização industrial a partir das potencialidades de cada região.
	Desenvolver políticas públicas que estimulem a ampliação das oportunidades de geração de renda e a inserção das juventudes no mercado de trabalho.
	Diversificar as fontes de renda e da economia local, reduzindo a dependência de recursos públicos de outras esferas, para enfrentar o desemprego, a falta de oportunidades, e o êxodo para grandes centros.
	Ampliar área de cultivo e investir em tecnologia para a agricultura familiar, fortalecendo a assistência técnica e a capacitação profissional na região do Sertão.
	Ampliar o investimento para tornar as cidades alagoanas em cidades inteligentes, principalmente na Região Metropolitana de Maceió.
Incentivar e ampliar a produtividade do setor informal.	
Infraestrutura para o Desenvolvimento	Interiorizar o acesso a serviços de saúde nas regiões da Zona da Mata, do Agreste e do Sertão, a partir, principalmente do investimento em programas da saúde da família.
	Investir em programas habitacionais, garantindo acesso à moradia adequada, principalmente nas favelas e comunidades urbanas de todas as regiões.
	Implantar infraestrutura de TIC, bem como programas de democratização de acesso, cursos técnicos, além de lugares de acesso livre e gratuito.
	Incentivar políticas de planejamento urbano que promovam um desenvolvimento mais ordenado e sustentável das cidades, principalmente nas regiões Zona da Mata e Agreste.
Qualidade de Vida	Melhorar a qualidade nos serviços básicos de saúde, investindo em programas de saúde da família e da população idosa, voltados para prevenção em todas as regiões.
	Criar espaços públicos com foco nas crianças e pessoas cuidadoras, além de espaços de convivência para pessoas idosas.
	Priorizar políticas de prevenção da violência, principalmente voltadas à mitigação das altas taxas de homicídios de jovens.
	Tornar as escolas espaços públicos atrativos e adaptados à realidade atual das juventudes, para combater a evasão.
Criar mecanismos de busca ativa para identificação de pessoas não alfabetizadas.	
Equidade e Inclusão Social	Fortalecer políticas de transferência e acesso à renda, com intuito de reduzir as taxas de pobreza e desigualdade.
	Investir em programas de melhorias habitacionais, tanto em áreas vulnerabilizadas de centros urbanos, bem como no interior do estado, especialmente nas regiões Agreste e do Sertão.
	Investir na capacitação profissional das juventudes voltada a novas áreas de investimento, incentivando a formação de mão de obra futura.
	Aumentar e diversificar a oferta de capacitação profissional, incluindo a juventude alagoana como protagonista no papel decisório.
	Ampliar as análises e estudos sobre equidade de gênero no estado, principalmente para as áreas de ensino superior, mercado de trabalho e segurança pública.
	Investir na capacitação e formalização de pessoas pertencentes ao setor informal da economia.
Sustentabilidade Ambiental	Fortalecer os mecanismos de cobrança e controle, como as agências reguladoras das concessionárias de água e esgoto no estado, para garantir a universalização dos serviços e a priorização do atendimento da população vulnerável.
	Garantir a coleta domiciliar porta a porta em todo o território alagoano, visando a proteção do meio ambiente e da população exposta a efeitos climáticos extremos, como alagamentos ou enchentes.
	Instituir em todo território alagoano a coleta seletiva, além de fortalecer a cadeia de reciclagem a partir do reconhecimento dos catadores como parte essencial.
	Promover a diversificação dos modais de transporte urbano, visando a melhoria da qualidade do ar e a segurança pública de pedestres, passageiros e motoristas.
	Promover a geração e fornecimento de energias renováveis, como solar e eólica, mitigando impactos socioambientais.
Governança e Legislação	Fortalecer a regulação do setor fiscal das cidades.
	Melhorar a disponibilidade e transparência dos dados públicos, especialmente nos municípios menores.
	Investir em planos de governo baseados em evidências, que prezem pela captação de recursos e atração de investimentos orientados ao fortalecimento do orçamento local.
	Promoção de parcerias com prefeituras e demais organizações para aprimoramento da gestão pública e desenvolvimento de planos locais voltados à melhoria da qualidade de vida nas cidades e no campo.
	Investir na diversificação de receitas em todo o território alagoano, a partir do reconhecimento das potencialidades e desafios de cada região.

visaoalagoas2030.al.gov.br

VISÃO ALAGOAS 2030

Prosperidade Urbana
Inclusiva e Sustentável



Escaneie
para saber
mais

Continue nos acompanhando!

- @onuhabitatbrasi
- | onuhabitatbr
- @onuhabitatbr
- /onuhabitatbrasil

ONU HABITAT
POR UM FUTURO URBANO MELHOR



ALAGOAS
GOVERNO